



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0018600-74.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória**
 Requerente: **Antonio Bueno de Oliveira Sobrinho e outro**
 Requerido: **Jose Ruggiero e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Proc. 1890/10

Vistos.

ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA SOBRINHO e ANTONIA MARCILE DE OLIVEIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA em face de Espólio de JOSE RUGGIERO, representado por Júlio Ruggiero e s/m Elaine Timer Ruggiero, Mariana Cesarini Ruggiero Villari e s/m Andre Luiz Silva Villari, Isabella Maria Cesarini Ruggiero de Godoy e s/m Luis Fernando de Godoy, Jorge Renato Ruggiero e s/m Maria Jose dos Santos Ruggiero, Cristina Maria Ruggiero Villani, Marcos Paulo Cezarini Ruggiero, Maria Regina Dagnoni Ruggiero, Erika Dagnoni Ruggiero Dutra e s/m Geraldo Marcelo Dutra, Jose Ruggiero Neto e s/m Cristina Lucrecia Evangelista Fajardo, Isis Dagnoni Ruggiero Gomes e s/m Andre Fernando Gomes e Guilherme Ruggiero, também qualificados, objetivando a adjudicação do imóvel constante da Transcrição nº 40.980 do Livro 3-X, Folhas nº 200, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, SP, datada de 27 de abril de 1972 (lote 01 da quadra 2 do Loteamento denominado Jardim Santa Helena; descrição: 2,00 metros de frente para a Rua Santos Dumont; 12,00 metros em curva de concordância com a Travessa B; 18,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Travessa B; 30,00 metros do lado direito confrontando com o lote 2, e 12,00 metros nos fundos confrontando com o lote 14, com a área de 342,60 metros quadrados), adquirido de Antonio Benedito Marcelli, conforme contrato de cessão de direitos de fls. 11, que por sua vez o adquirira de José Ruggiero, conforme compromisso particular de compra e venda de fls. 07.

Designada audiência inicial, verificou-se o comparecimento apenas dos correqueridos Maria Regina Dagnoni Ruggiero, Ísis Dagnoni Ruggiero Gomes e Guilherme Ruggiero, desacompanhados de advogado, e a ausência dos correqueridos citados pessoalmente Cristina Maria Ruggiero Vilani, Jorge Renato Ruggiero, Maria José dos santos Ruggiero, Mariana Cesarini Ruggiero Vilari, André Luiz Silva Vilari e André Fernando Gomes. Deixam fluir em branco o prazo para contestação.

Os correqueridos Júlio Ruggiero, Elaine Timer Ruggiero, Marcos Paulo Cezarini, Erika Dagnoni Ruggiero Dutra, José Ruggiero Neto, Cristina Lucrecia Evangelista Fajardo e Isabella Maria Cesarini Ruggiero de Godoy, citados por edital, apresentaram contestação por negativa geral, ofertada por curador especial.

É o relatório.

DECIDO.

Rejeito a preliminar de nulidade da citação. A Lei não exige expedição de ofícios ou consultas eletrônicas a órgãos públicos ou similares para que seja possível a citação por edital.

0018600-74.2010.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

In casu, foi realizada a pesquisa bacenjud e oficiado à Receita Federal para localização do endereço dos correqueridos, tendo sido expedida carta para citação para alguns deles, restando infrutíferas as diligências.

Basta, para essa modalidade de citação, a afirmação do interessado no sentido de o réu estar em lugar ignorado (artigos 232, inciso I, e 231, inciso II, todos do Código de Processo Civil).

Esse requisito legal foi observado, o que é suficiente para formar a convicção de que estão em local incerto e não sabido, de modo a legitimar a citação por edital. Presentes, pois, todas as condições da ação e pressupostos processuais atinentes à espécie, passo ao exame do mérito.

É caso de procedência do pedido.

A contestação por negativa geral apresentadas pelos réus citados por edital apenas torna controvertido os fatos narrados pelos autores, mas não tem o condão de afastar a pretensão dos autores.

Os réus, citados pessoalmente, compareceram na audiência desacompanhados de advogado e não apresentaram resposta, estando os fatos alcançados pelos efeitos da revelia (art. 319, CPC), presumindo-se-os como verdadeiros.

A contumácia reconhecida, só pode levar ao resultado pretendido. Há nos autos prova cabal da relação contratual estabelecida sob o título de promessa de venda e compra e da cessão de direitos.

A ação em exame pode ser articulada pelo compromissário comprador frente ao *dominus*, objetivando a transferência.

Cabe, por fim ressaltar que a jurisprudência vem se posicionando, de modo tranquilo, sobre a possibilidade da demanda mesmo para as hipóteses, como a dos autos, de contrato particular sem registro.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a ação e ADJUDICO aos autores ANTONIO BUENO DE OLIVEIRA SOBRINHO e ANTONIA MARCILE DE OLIVEIRA o objeto da ação designado pelo imóvel constante da Transcrição nº 40.980 do Livro 3-X, Folhas nº 200, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, SP, datada de 27 de abril de 1972 (lote 01 da quadra 2 do Loteamento denominado Jardim Santa Helena; descrição: 2,00 metros de frente para a Rua Santos Dumont; 12,00 metros em curva de concordância com a Travessa B; 18,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Travessa B; 30,00 metros do lado direito confrontando com o lote 2, e 12,00 metros nos fundos confrontando com o lote 14, com a área de 342,60 metros quadrados, de forma que esta sentença produza todos os efeitos da declaração não emitida pelo vendedor suprimindo a falta de escritura de venda e compra valendo como título hábil a registro; e CONDENO a réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa, atualizado.

Transitada esta em julgado e recolhido o imposto, expeça-se carta de sentença para registro nos termos do artigo 221, inciso IV da Lei de Registros Públicos.

P.R.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA